

Organização político-profissional da enfermagem

Sistema Cofen/Conselhos Regionais na luta pelos ideais da enfermagem brasileira

A enfermagem é exercida por profissionais distintos em uma ampla variedade de ambientes, como serviços hospitalares, ambulatoriais, escolas, associações comunitárias, fábricas, domicílios, entre outros. Ao longo de sua trajetória histórica, a enfermagem brasileira foi protagonista na construção das políticas de saúde, interferindo de forma decisiva. Seja de maneira institucionalizada no exercício profissional, seja no envolvimento de suas organizações profissionais, contribuindo opinativamente e em ações, atua para reverter o modelo assistencial de saúde excludente, individualista e medicocêntrico. Demonstrou e tem demonstrado característica peculiar de impulsionar mudanças com compromisso social. É essa a enfermagem brasileira que alicerça transformações no mundo do trabalho em saúde, tendo a sociedade em geral como fiéis depositários de suas lutas e conquistas.

As organizações que congregam profissionais são, em princípio, os espaços de estímulo ao desenvolvimento político desses profissionais, e não se pode pensar em representação de classe levando em conta apenas seu papel burocrático. As organizações profissionais da enfermagem brasileira, por exemplo, devem ser espaços inovadores, desafiadores, tanto para os próprios profissionais quanto para a sociedade em geral, razão pela qual não podemos conceber organizações herméticas, resistentes às críticas e articuladas apenas nos motivos que a fundaram. É preciso ousar! É preciso estar pronto para o embate: afinal, qual a sociedade que queremos? Essa que aí está ou outra que ainda está em construção? Trazer essas arguições à baila pode nos provar que nada está acabado. Nada está pronto. Temos muito a construir, razão pela qual não podemos impor aos profissionais e à sociedade a estagnação burocrática de nossas organizações.

O papel das organizações

Ao longo de sua existência, a Associação Brasileira de Enfermagem, primeira entidade a unir os profissionais da área, não se restringiu ao papel associativista. Ao contrário, deu largos e decisivos passos na construção da consciência política dos profissionais de enfermagem, impulsionando para a formação de um ideário profissional-cidadão que, na década de 1970 e 1980, abasteceu a categoria de ânimo para a criação das demais organizações de enfermagem. Hoje, temos consolidada a artéria sindical da enfermagem brasileira, com a federação e os sindicatos filiados e o sistema regulamentador do exercício profissional no Conselho Federal e Regionais de Enfermagem. Reconhecemos os inúmeros percalços dessa caminhada, mas acreditamos na

força do coletivo para superar as dificuldades conjunturais, as divergências políticas e outras questões.

As organizações da enfermagem têm tarefas fundamentais a cumprir juntas – a conquista da valorização dos trabalhadores da enfermagem, fazendo com que os direitos de condições dignas de trabalho e remuneração sejam garantidos e a qualificação e o reconhecimento sejam visíveis; a defesa da assistência humanizada através do fortalecimento do Sistema Único de Saúde, com acesso aos cuidados de enfermagem e saúde para toda a população. Ou seja, os desafios que se interpõem entre o hoje e o amanhã da enfermagem brasileira são grandes e só alcançaremos êxito se soubermos preservar a autonomia de cada organização e caminharmos juntos.

Os profissionais de enfermagem vivenciam, na prática diária, dificuldades estruturais e conjunturais que acarretam situações constrangedoras e injustas no exercício de suas atividades laborais, onde são alvo do preconceito e da perversidade do trabalho precário. As instituições de saúde, em sua maioria, não oferecem condições mínimas de trabalho, expondo o profissional sem a devida segurança para si e para o usuário.

Cabem ações enérgicas das organizações, cada uma em seu papel, para buscar fortalecer esses profissionais e municiá-los de ferramentas capazes de resistir à precariedade a que são expostos. Como fazer isso? Oferecendo à categoria respaldo na qualificação de suas ações, normatização de procedimentos que possibilitem o exercício da profissão, fiscalização das condições de trabalho e luta para que os serviços e gestores cumpram os dispositivos legais de oferta de condições dignas de trabalho.

Enfim, as organizações da enfermagem devem ocupar-se em ações que promovam condições dignas para o exercício profissional da enfermagem, a fim de que os profissionais possam qualificar-se para sua prática, que tenham respaldo legal para sua atuação e sejam respeitados enquanto cidadãos e protagonistas das ações de saúde na sociedade brasileira.

Frutos de ações conjuntas das organizações da enfermagem brasileira, destacam-se a aprovação da lei do exercício profissional, a criação do sistema disciplinador e regulamentador do exercício profissional, as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e profissionalizantes e a ampliação da carga horária total dos cursos de graduação para 4 mil horas, integralizadas em no mínimo cinco anos.

O sistema Cofen/Corens: realizações e desafios

O sistema Cofen/Conselhos Regionais surge como expectativa da categoria para responder às necessidades e



disciplinamento do exercício profissional e assim deve buscar o cumprimento de seu papel e respaldar a categoria.

Se esse sistema, Conselho Federal de Enfermagem e Conselhos Regionais de Enfermagem (Cofen/Correns), esteve até há pouco tempo servindo aos interesses de pequenos grupos e/ou indivíduos que se locupletaram em detrimento de toda a enfermagem, é preciso declarar que isso foi e está sendo extirpado graças à ação de diversos profissionais e organizações que denunciaram e enfrentaram aqueles que se negavam, inclusive, a executar o papel burocrático daquelas organizações. Esses tempos, felizmente, se foram. Hoje, o momento é outro, assim como foram antes de nossa estada à direção daquela autarquia.

Hoje, estamos abertos, transparentes e trabalhando incansavelmente para que a enfermagem brasileira seja valorizada e possa continuar a construir a história da saúde no Brasil. Não ficamos inertes, mas não temos nenhum interesse em sermos a única organização profissional hegemônica, pois não sobreviveríamos à necessidade dialética do embate, da confrontação de ideias e concepções. Estamos e somos movidos pelo diálogo e pelo debate, pois acreditamos nessa forma de convivência organizacional.

Nossa gestão, que se intitula desde a campanha eleitoral do Cofen como "A Força da Mudança", tem alicerçado seu trabalho em construir um futuro melhor para a enfermagem, com os pés firmes no presente, reforçando as boas práticas e ideias que foram consolidadas ao longo dos anos e que serviram para que conquistássemos a importância que temos no presente.

O sistema Cofen/Conselhos Regionais vem caminhando nessa direção. Os investimentos político-organizativos e financeiros da organização têm servido, concreta e unicamente, para a construção das políticas profissionais definidas pelas instâncias do sistema. Estamos gerindo essa organização no encontro dos interesses da profissão. Esse é o compromisso do atual plenário e demais conselheiros do Conselho Federal de Enfermagem.

O resgate da credibilidade do sistema Cofen/Conselhos Regionais é fruto de um trabalho coerente e ético na gestão pública e, principalmente, de respeito com a categoria. Para isso, estamos trabalhando diuturnamente!

Os princípios que defendemos: valorização e reconhecimento profissional da enfermagem; unidade e fortalecimento da enfermagem; valorização e defesa das diretrizes e princípios



Manoel Carlos Neri da Silva, presidente do Cofen - 2009/2012



Gelson L. Albuquerque, primeiro Secretário do Cofen - 2009/2012



Ivete Santos Barreto, membro da CTC - Cofen - 2009/2012

do Sistema Único de Saúde; defesa da qualidade e humanização da assistência à saúde; moralidade, legalidade, eficiência, impessoalidade e transparência nas ações; ética profissional; democratização; diálogo, cooperação e solidariedade. Tudo isso vem sendo demonstrado nas diversas ações que temos realizado. É preciso passar do discurso à ação concreta. E isso está sendo feito de nossa parte. Podem existir dissonâncias pela forma com que estamos fazendo algo, porém jamais podem nos acusar de omissão. Nosso compromisso é com a enfermagem!

O Conselho Federal de Enfermagem, além de sua atuação formal enquanto órgão de regulação, normatização e fiscalização do exercício profissional, juntamente com as demais organizações nacionais da enfermagem, tem se colocado como articulador e interlocutor da profissão junto às instâncias formuladoras das políticas de saúde, de recursos humanos e de ciência e tecnologia. Com as diversas parcerias institucionais, a enfermagem tem avançado de forma célere.

Era, pois, necessário reatarmos as ações inter e intrainstitucionais, pois a enfermagem enquanto profissão não poderia seguir cindida em sua organização profissional. Se isso era necessário, contemporaneamente, é também imprescindível ao avanço que nos é cobrado incessantemente pelo conjunto dos profissionais de enfermagem. Quando conquistarmos as 30 horas como jornada para a enfermagem brasileira, essa será uma conquista de todos e não de alguma organização de forma isolada. Portanto, o cenário que se vislumbra é de que crescamos em nossa ação conjunta articulada.

Essa gestão tem buscado uma atuação efetiva no cenário político-institucional, tendo participado de fóruns e movimentos nacionais e estaduais, buscando e garantindo representação da enfermagem em instâncias de apoio e luta pelos direitos à saúde da população, pelo exercício digno e desenvolvimento da profissão e pela redução e eliminação das desigualdades sociais, entre as quais destacamos as desigualdades de gênero.

Nossas ações são balizadas pelos compromissos firmados com a enfermagem quando da eleição da gestão "A Força da Mudança".

Destacamos alguns compromissos

- Inserção nos fóruns sociais relativos à saúde e educação e relacionados à enfermagem, tendo participação ativa como



membro da Coordenação Movimento Contra a Corrupção Eleitoral – MCCE; Anvisa, entre outros;

- Resgate da confiança dos profissionais e da sociedade no sistema Cofen/Corens, que está ocorrendo a partir da continuidade das ações saneadoras no âmbito do sistema Cofen/Corens;

Nesse aspecto, todos os processos de apuração de irregularidades, improbidades administrativas e desrespeito à ética profissional praticados em gestões anteriores estão em andamento e os infratores não ficarão impunes. Todas as nossas ações reforçam esse compromisso, não apenas como uma plataforma básica de política organizacional, mas como um pressuposto de coerência dos conselheiros para com a enfermagem brasileira.

Consolidamos a realização de licitações públicas nacionais para todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços do interesse do sistema Cofen/Corens, em suas variadas modalidades e de acordo com os dispositivos legais, inclusive com a capacitação de nossos trabalhadores e de conselheiros para a realização desses procedimentos.

- Aprimoramento e consolidação do modelo de gestão da autarquia, embasado em solidariedade, participação, transparência, ética e respeito à natureza pública do sistema, com a utilização do planejamento estratégico participativo e com a reorganização das câmaras técnicas, verdadeiros colegiados de profissionais renomados e especialistas, com caráter consultivo, dedicadas à discussão e análise de temas relacionados ao exercício da enfermagem para a emissão de pareceres, e assim subsidiando o Plenário do Cofen em suas decisões;

Em perspectiva, avançaremos para a constituição de um banco de consultores *ad hoc* que emitam pareceres que poderão conformar um novo patamar na constituição de resoluções nacionais em benefício do exercício profissional da enfermagem.

- Reorientação do modelo de fiscalização, tendo como base uma concepção de processo educativo, de estímulo aos valores éticos e de valorização do processo de trabalho em enfermagem. Essa tem sido uma ação importante e que é articulada com a realização dos diversos Seminários Nacionais de Fiscalização (Senafis). Aliada a esse, a constante qualificação dos profissionais envolvidos, nos diversos seminários e programas de educação permanente desenvolvidos pelos conselhos regionais, nos dá a certeza de que, muito em breve, esse também será um compromisso plenamente cumprido;

No tocante à fiscalização, era e é necessário um investimento forte por parte da autarquia, pois alguns regionais sequer fiscais tinham em seu quadro de servidores, face às dificuldades financeiras e organizacionais. Dessa forma, estabelecemos um programa de apoio aos Corens de médio e pequeno porte, “Projeto Mais Fiscalização”, onde estamos aportando recursos para a contratação de, no mínimo, dois fiscais por dois anos, fortalecemos a fiscalização e demos suporte para o cumprimento da atividade fim do Conselho Regional. Após esses dois anos os fiscais, contratados por concurso público, serão absorvidos pela estrutura do regional.

Além dessa ação, era necessário criar as condições operacionais para que os conselhos pudessem chegar mais próximos dos inscritos. Assim, lançamos o projeto Coren Móvel, voltado para

o fortalecimento do trabalho dos Corens com a aquisição por licitação de 19 veículos equipados para o atendimento nos locais de trabalho. Assim, descentralizamos a ação dos Corens e aproximamos as organizações dos inscritos no Sistema.

- Fortalecimento dos Conselhos Regionais de Enfermagem na infraestrutura, fazendo um aporte financeiro para aquisição e reforma das sedes dos Conselhos Regionais de Santa Catarina, Sergipe, Tocantins, Espírito Santo, Amazonas;

Era preciso organizar e reformatar as instalações de nossos Conselhos Regionais para valorizar o trabalho e criar melhores condições de atenção ao inscrito. E, certamente, se não houvesse o apoio do Cofen, essa ação acabaria por não acontecer.

- Articulação de ações intersetoriais e multiprofissionais na defesa das condições de trabalho e dos trabalhadores. Estamos presentes no Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde (FCFAS) e no Fórum Permanente do Mercosul, retornamos ao Fórum das Entidades Nacionais da Área de Saúde e, mais recentemente, estamos participando da Comissão Nacional de elaboração do plano de carreira dos trabalhadores do SUS, no Ministério da Saúde;

- Investimento na formação de conselheiros, na educação permanente de seus trabalhadores e na melhoria da comunicação e acolhimento aos inscritos. Implementamos a qualificação de conselheiros e assessores a partir de cursos descentralizados de “capacitação em processo ético” e incentivo constante de participação em eventos relacionados com as atividades fins do conselho;

- Realização de diversos seminários administrativos, do Seminário Institucional de Planejamento Estratégico, do Seminário Nacional da Comissão de Tomada de Contas, além da ampliação do Programa de Apoio e Fortalecimento Institucional aos Corens e do Fundo de Apoio Administrativo;

Tornar mais equânimes as condições de desenvolvimento e trabalho dos Conselhos Regionais de Enfermagem é respeitar o caráter federativo dessa autarquia federal e o faremos sempre que for necessário.

- Apoio aos processos de qualificação e aprimoramento das competências e habilidades dos profissionais da enfermagem. Essa ação é desenvolvida em parceria com os Corens, pois, a partir da decisão nº 120/2009, o Cofen pode apoiar as organizações e instituições formadoras com recursos para a realização de eventos, cursos e outras atividades de capacitação e qualificação profissional. Essa não é propriamente uma ação específica do Cofen, porém, sempre que tivermos disposição orçamentária, faremos esse investimento, que resulta diretamente na qualificação do exercício de nossos profissionais;

Creemos, entretanto, que o Projeto de Educação Permanente, abandonado pelo Ministério da Saúde, precisa ser recolocado como uma política fundamental e importante para a melhoria das condições de atenção à saúde brasileira. Lutaremos para que essa política retome o cenário das organizações de saúde brasileiras e que possa qualificar os milhares de trabalhadores de enfermagem, muitas vezes impedidos de buscar essa qualificação pela expropriação de sua força de trabalho.

Destacamos aqui, com relevância, a criação da revista

Uma profissão que dá final feliz a tantas histórias merece ter a sua contada.

O Cofen convida você a descobri-la no Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery.



MuNEAN
Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery

Uma homenagem ao dom de cuidar

O Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery, instituição privada e sem fins lucrativos de caráter histórico e científico, desenvolve ações educativas e culturais para incentivar a reflexão acerca da Enfermagem. Uma delas é a exposição com painéis interativos que permite visualizar uma história que também é sua. Não deixe de conferi-la.

Você ainda encontrará no MuNEAN:

Centro de documentação e pesquisa museológica | Biblioteca para pesquisas informatizadas e documentais | Espaço multiuso para exposições e palestras | Cafeteria bem localizada e agradável.



cofen
conselho federal de enfermagem

www.portalcofen.gov.br



científica do Sistema Cofen/Conselhos Regionais – *Enfermagem em Foco*, veículo que possibilitará o crescimento e fortalecimento da investigação científica na enfermagem, particularmente nas vertentes da ética, bioética, regulação e regulamentação profissional.

A implantação do Museu de Enfermagem Ana Nery – Munean, na cidade de Salvador, é outra importante ação que revela o investimento na valorização do reconhecimento da enfermagem brasileira e devolve à categoria o orgulho de fazer parte da história da saúde em nosso país.

A parceria que permite as ações dos Anjos da Enfermagem contribui na formação de um ideário de solidariedade e responsabilidade social nos futuros profissionais de enfermagem.

- Defesa das prerrogativas profissionais e legais da enfermagem, ampliando e aprimorando as relações com os poderes legislativo, executivo e judiciário, em todas as instâncias federativas, a exemplo da luta contra a “lei do ato médico”, na qual, em parceria com as demais entidades da área de saúde e enfermagem, implementamos várias articulações de enfrentamento; do PL das 2463/2009, que dispõe sobre as contribuições dos conselhos; os PL das 30 horas e do piso salarial, tramitando graças aos esforços e articulações das entidades de enfermagem;

Desde que assumimos, estabelecemos uma assessoria específica para tal articulação. É preciso ampliá-la, para que possamos monitorar e interferir em todos os processos e projetos que possam ser de interesse da profissão. Esse é um compromisso fundamental para a profissão e que necessita, certamente, de uma atenção maior. Porém, a ação direta dos conselheiros nas diversas instâncias e organizações da sociedade civil e governamental já tem sido suficiente para que possamos manter as várias ações que temos feito Brasil afora.

- Revisão e atualização do arcabouço legal que rege o sistema Cofen/Corens. Para tal, instituímos uma comissão de conselheiros que teve por objetivo estudar a lei 5905/1973, de criação do sistema Cofen/Corens, e apresentar uma proposta alternativa que já está disponível para consulta pública e posterior apresentação de proposta substitutiva ao projeto que tramita na Câmara dos Deputados. Nesse caminho, já foram constituídos também os grupos de trabalho para revisar a lei do exercício profissional e o regimento interno do sistema. Destacamos a aprovação do novo Código Eleitoral do Sistema, que resgata o caráter democrático de nossas eleições. É uma busca constante pelo aperfeiçoamento dos instrumentos legais que regem nossa profissão;

- O recadastramento nacional dos profissionais de enfermagem está em curso, apesar dos percalços da implantação do programa nacional de registro e cadastro. Foi finalizada em agosto de 2010 a normatização desse procedimento, culminando com um processo de descentralização na confecção de carteiras de identidade profissional, agilizando o atendimento aos profissionais;

- Muito além do recadastramento, estamos realizando, em parceria com a Aben, Anaten, FNE e Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz, a pesquisa do “Perfil da Enfermagem Brasileira”, orçado em R\$ 4 milhões, que possibilitará conhecermos de forma minuciosa nossa força de trabalho;

- Aperfeiçoamento na comunicação e divulgação com campanhas publicitárias, dando visibilidade ao fazer e ser da enfermagem e o novo portal Cofen.

Perspectivas na organização política da enfermagem

Assumimos e honramos o compromisso na reaproximação das organizações de enfermagem defendendo a reativação do Fórum Nacional das Organizações de Enfermagem. E, nesse sentido, investimos de forma contundente na ampliação das relações do sistema com o movimento sindical da enfermagem e em particular com a Associação Brasileira de Enfermagem. Os resultados desse investimento estão revelados em importantes documentos: a carta de intenções Aben/Cofen, a agenda conjunta Cofen/Aben, discutida e elaborada, após reunião conjunta do sistema e do Conaben, durante o 61º CBEN, na cidade de Fortaleza, e agenda propositiva para o Movimento em Defesa da Qualidade na Formação dos Profissionais de Enfermagem, apresentada durante o 12º Senaden e na carta de Natal, apresentada no fim do 12º CBCENF.

A luta conjunta é determinante para o êxito da valorização da categoria. O envolvimento das entidades da enfermagem foi fundamental para a aprovação, pelo Conselho Federal de Educação, da carga horária mínima de 4 mil horas para a integralização curricular do curso de graduação em enfermagem em todo o território brasileiro e também o será para o enfrentamento dos inúmeros desafios aos quais a categoria está exposta.

A aprovação da lei das 30 horas semanais para os trabalhadores de enfermagem, com a definição de jornada mínima diária, tem sido muito mais do que bandeira de mobilização. É uma luta interminável das organizações de enfermagem para possibilitar à categoria uma jornada digna. Assim, o Cofen colocou todo o seu potencial de articulação nos momentos decisivos de mobilização e pressão para a tramitação do PL 2295/200 das 30 horas e agirá da mesma forma na tramitação do PL 4924/2009, que define o piso mínimo da categoria.

Estamos vigilantes no Congresso Nacional e em qualquer outra instância, no sentido de barrar proposições desastrosas para o setor de saúde e em particular para a enfermagem.

Reafirmamos a defesa intransigente do Sistema Único de Saúde como baluarte para o acesso às condições dignas de assistência à saúde da população brasileira.

Reafirmamos nosso compromisso em defesa da regulamentação da PEC 029 como garantia de mais recursos para a saúde e o fortalecimento do SUS.

Reafirmamos nossa crença na construção de uma Aliança Nacional das Organizações de Enfermagem, na qual vejamos o Sistema Cofen/Conselhos Regionais, Abens, Federação Nacional de Enfermeiros e sindicatos juntos, empreendendo lutas que correspondam às expectativas de crescimento e desenvolvimento dessa grandiosa categoria de trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem.

Muito obrigado!

E aqui estamos firmes na defesa da enfermagem brasileira!!!!